



Correio Manhã

18-03-2019

Periodicidade: Diário

Classe: Informação Geral

Âmbito: Nacional

Tiragem: 115581

Temática: Banca/Seguros

Dimensão: 2494 cm²

Imagem: S/Cor

Página (s): 1/6/7

AMÍLCAR MORAIS PIRES

GESTOR SACA UM MILHÃO DE BANCO FALIDO



INDEMNIZAÇÃO MILIONÁRIA DUAS SEMANAS ANTES DA QUEDA DO BES

➔ **CONTINUOU** ainda com direito a uma viatura de luxo, motorista e segurança. Instituição pagava tudo **P.6 E7**



ESCÂNDALO BES

CASO | ABERTOS 253 INQUÉRITOS

O Ministério Público tem em curso um total de 253 inquéritos ao chamado universo Grupo Espírito Santo (GES), dos quais 252 estão apenas ao inquérito principal. No total, já foram constituídos 35 arguidos neste processo. Neste grupo estão incluídos Morais Pires e Ricardo Salgado.

SOCIEDADES INSOLVENTES



ACORDO Além da indemnização, o administrador obteve outros benefícios, entre os quais dinheiro, motorista e segurança privado **PENSÃO** No documento assinado com o banco em 2014, ficou igualmente definido que teria direito à reforma aos 65 anos

Morais Pires ganha um milhão com saída do banco

1 Amílcar Morais Pires foi o braço-direito de Ricardo Salgado no BES e tinha o pelouro financeiro 2 Ricardo Salgado foi presidente do Banco Espírito Santo até 24 de julho de 2014

ANTÓNIO SÉRGIO AZENHA

Dois semanas antes de entrar em colapso, no início de agosto de 2014, o BES pagou a Amílcar Morais Pires, então seu administrador executivo, mais de um milhão de euros, a título de indemnização pela sua saída do então banco da família Espírito Santo.

Morais Pires assinou o acordo com o BES em 23 de julho de 2014. Além dessa indemnização, obteve outros benefícios: até 9 de novembro de 2014, utilizava o mesmo carro do BES, um BMW série 7; até 31 de dezembro de 2014, tinha motorista e segurança privados pagos pelo BES; e tinha direito à pensão de reforma, aos 65 anos.

O acordo de cessação do con-

trato de trabalho com o BES foi um dos documentos que Morais Pires entregou no processo cível, interposto pelo Fundo de Pensões do Novo Banco e a sua entidade gestora GNB, em que contesta o corte aplicado à sua pensão de reforma, em 2017. O

MORAIS PIRES MANTEVE O DIREITO A MOTORISTA PAGO PELO BES

documento foi junto ao processo, segundo fonte próxima de Morais Pires, como forma de provar que o gestor tem direito à pensão de reforma quando atingir os 65 anos de idade.

O acordo, que o CM consultou nas varas cíveis de Lisboa, precisa que a indemnização recebi-

PORMENORES

Pensão de 43 950 euros

Morais Pires ficou com direito a receber uma reforma bruta de 43 950 euros/mês. Em 2017, o Fundo de Pensões do Novo Banco, com base no artigo 402º do Código das Sociedades Comerciais (CSC), reduziu a pensão para 11 500 euros. O banqueiro contestou e processou o Fundo.

Fundo corta reformas

O Fundo de Pensões do Novo Banco fundamentou o corte nas pensões dos ex-gestores do BES com o artigo 402º do CSC, que limita a pensão de administrador reformado ao salário mais alto de um gestor no ativo.

da por Morais Pires, no valor bruto de 1 080 772 euros, “abrange todos os créditos vencidos à data da cessação do contrato de trabalho e todos os créditos exigíveis em virtude dessa cessação”. Segundo a mesma fonte próxima de Morais Pires,

UMA SEMANA APÓS PAGAR BANCO REVELA PREJUÍZO DE 3,6 MIL MILHÕES

dessa verba, 500 mil euros foram para impostos.

O BES pagou a compensação financeira ao seu ex-administrador em 23 de julho de 2014. Uma semana depois, a 30 de julho, o BES apresentou prejuízos de quase 3,6 mil milhões de euros, no primeiro semestre

do ano. E a 4 de agosto, o Banco de Portugal aplicou a medida de resolução ao BES.

O acordo indica que, até 31 de dezembro de 2014, Morais Pires ficou com motorista e segurança privados durante sete horas por dia, “sem prejuízo dos tempos de descanso obrigatório”. Pagos pelo BES, estes serviços eram acordados pelo banco com as entidades que protegiam o gestor.

Morais Pires foi um dos ex-administradores que a comissão liquidatória do BES acusou, em novembro de 2017, de ter responsabilidades na falência culpada do antigo banco da família Espírito Santo. ●

NOTÍCIA EXCLUSIVA DA EDIÇÃO EM PAPEL

CORREIO

FAMÍLIA | JOSÉ MANUEL DIZ-SE ENGANADO

José Manuel Espírito Santo, primo de Ricardo Salgado, é um dos arguidos no processo do GES. Ex-presidente do Banco Privé Espírito Santo (BPES), que tinha sede na Suíça e está em fase de liquidação, José Manuel alega, na contestação que apresentou à falência do BES, ter sido enganado por Salgado.



BURACO | 5,92 MIL MILHÕES A COMISSÃO LIQUIDATÓRIA DO BES ATRIBUIU AOS 13 EX-ADMINISTRADORES DO BANCO RESPONSABILIDADES NO PREJUÍZO TOTAL DESTA, DE 5,92 MIL MILHÕES DE EUROS.

DIREÇÃO | ISABEL ALMEIDA ARGUIDA

Isabel Almeida, ex-diretora do Departamento Financeiro, Mercados e Estudos (DFME), é uma das arguidas no processo do GES. A ex-diretora do DFME trabalhava na dependência de Morais Pires, que era o administrador do BES com o pelouro financeiro. Isabel Almeida terá participado na preparação da emissão de dívida das empresas do GES.



PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS NA QUEDA DO BES

2013 Verão

Na contestação que apresentou à falência culposa do BES, cujo processo de liquidação corre no Tribunal do Comércio de Lisboa, José Maria Ricciardi, primo de Ricardo Salgado, assume que "opôs-se, a partir do verão de 2013, (...) de forma activa e consequente à 'governance' do BES e à forma como o Grupo Espírito Santo (GES) era gerido." Precisa que opôs-se "à forma autocrática e centralizadora da liderança" de Salgado

7 de novembro

Nove membros da família Espírito Santo reúnem na sede do BES, em Lisboa, para uma reunião discreta e importante. Ricciardi tomou uma iniciativa no sentido da destituição de Salgado da liderança. A reunião terminou com o apoio da família a Salgado. E com a derrota de Ricciardi

9 de novembro

Ricciardi faz um comunicado público. Afirma que "a sucessão na liderança do GES realizar-se-á não por decisão ou sequer recomendação individual, mas sim pela vontade coletiva dos acionistas manifestada em sede própria"

11 de novembro

Salgado vence a batalha que teve lugar na reunião do Conselho Superior do GES, de onde saiu com um voto de confiança aprovado pelos restantes ramos da família

2014

1 de fevereiro

Banco de Portugal pede auditoria externa à Espírito Santo International (ESI). Banco de Portugal quer garantir que os investidores a retalho nacionais que investiram em papel comercial da ESI não correm riscos. BES anuncia aumento de capital de 1.045 milhões, com desconto de 38,5%, para reforçar os rácios de capital

8 de junho

Representantes de pelo menos três ramos do Conselho Superior do GES, detendo 3/5 do GES, assinaram um acordo em que, face aos acontecimentos da altura em torno do GES, assumiram seis compromissos sobre o futuro do GES. Um dos compromissos foi convidar Salgado a apresentar a demissão de líder do cetro financeiro do GES

19 de Junho

O governador do Banco de Portugal, Carlos Costa, reúne com os membros da família Espírito Santo que eram membros da comissão executiva do BES, na qual comunica que estes não poderiam continuar nessa comissão executiva

21 de junho

Por pressão do Banco de Portugal, Salgado renuncia à liderança do BES ao fim de 23 anos

15 de julho e 17 de julho de 2014

A Rio Forte não consegue reembolsar o Grupo PT do capital e juros resultantes da aplicação de 897 milhões de euros em papel comercial

16 de julho

O Fundo de Pensões do BES calcula o valor da pensão de reforma de Ricardo Salgado: 51 862 euros, incluindo as parcelas da pensão de reforma por funções exercidas na comissão executiva do BES e dos descontos para a Segurança Social (acrescidas de diuturnidades)

23 de julho

BES faz acordo com Morais Pires para a cessação do contrato de trabalho, através do qual paga uma indemnização ao seu então administrador financeiro

4 de agosto

BdP aplica a medida de resolução ao BES. O banco é então dividido em BES 'mau', que fica com os ativos tóxicos do BES, e Novo Banco, para o qual são transferidos os ativos bons



Banco de Portugal fez intervenção no BES em agosto de 2014

Gestor ficou obrigado a não revelar qualquer segredo

CLÁUSULA 9.ª Impedido de ceder informações e práticas comerciais

3 Amílcar Morais Pires está obrigado, por força do acordo de cessação do contrato de trabalho com o BES, a manter segredo sobre todos os assuntos relacionados com o antigo banco da família Espírito Santo.

A cláusula 9ª do acordo é categórica: "O segundo contraente [Morais Pires] obriga-se a guardar confidencialidade sobre todos os assuntos relacio-

SE MORAIS PIRES VIOLAR COMPROMISSO TERÁ DE COMPENSAR O BES

nados com o primeiro contraente [BES] de que tenha tomado conhecimento no exercício das suas funções ou por qualquer outra forma."

Por esta via, a Morais Pires ficou impedido de "ceder, revelar ou discutir com qualquer pessoa singular ou coletiva, para além do primeiro contraente ou de qualquer dos seus legítimos representantes, quaisquer elementos, informações, dados, e práticas comerciais e empresariais relativas ao primeiro contraente ou à execução dos tra-



O BES impôs compromissos a Morais Pires, em troca da indemnização

balhos em que participou, e quaisquer assuntos relacionados com a vida interna do primeiro contraente que não sejam do domínio público".

O ex-administrador do BES assumiu também a obrigação de não revelar o acordo com o BES, "exceto se tal for legalmente exigível". Com este acordo, Morais Pires aceitou que, em caso

de violação dos compromissos assumidos, terá de indemnizar o BES pelos prejuízos patrimoniais e não patrimoniais que tenha causado ao antigo banco da família Espírito Santo.

Quanto ao BMW série 7 do BES que continuou a utilizar até novembro de 2014, o gestor assumiu o compromisso de cuidar da viatura. ●

BES 'mau' congela 700 mil euros ao antigo administrador

3 O Banco de Portugal (BdP) congelou, na sequência da aplicação da medida de resolução ao BES, o valor dos depósitos que a família Espírito Santo e os administradores do BES tinham no banco. A Morais Pires foram congelados 700 mil euros, dos quais 500 mil euros dizem respeito a metade da indemnização que recebeu do BES por cessação do contrato de trabalho, em 23 de julho de 2014.

O ex-administrador do BES e

a mulher já interpuseram ações contra o BdP nos tribunais administrativos, para tentarem libertar o dinheiro. Até agora, segundo fonte próxima de Morais Pires, não houve decisão judicial. O gestor impugnou também a medida de resolução aplicada ao BES. No total, na sequência da aplicação desta medida, foram congelados oito milhões de euros que a família Espírito Santo e os ex-gestores do BES tinham depositados no banco. ●

INCERTEZA PODE GERAR PREJUÍZOS FUTUROS

3 A GNB admite, na ação judicial, que as diferentes interpretações do regulamento do Fundo de Pensões dos ex-gestores executivos do BES podem causar incertezas graves e gerar danos. ●

APOSENTADOS ESTÃO DEFENDIDOS POR LEI

3 Os cortes nas pensões dos ex-administradores executivos do BES poderão vir a ser anulados, por via do decreto-lei 12/2006. Este diploma limita a redução das pensões em pagamento. ●